

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA DA 2ª CÂMARA**

**Assunto:** Apresentação de Defesa

**Referente:** Processo nº 1076927

**Natureza:** Representação

**Representante:** Câmara municipal de Inhaúma

**Representada:** Prefeitura Municipal de Inhaúma

**Ano Ref.:** 2019

**ANDREZA MARIA LAGOEIRO TEIXEIRA**, brasileira, casada, aposentada, portadora do CPF 592.419.186-91, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Emiliano Araujo, nº 374, bairro Centro, Inhaúma/MG, com os nossos cumprimentos e devido acatamento, pelo presente, em cumprimento a despacho nos autos do processo em epígrafe, **APRESENTAR DEFESA** sobre os fatos narrados na Representação apresentada pela Câmara Municipal de Inhaúma e ainda sobre os apontamentos lançados no relatório técnico da 2ª CFM - 2ª Coord. de Fiscalização dos Municípios conforme a seguir expostos.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Foi determinado o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa e/ou documentos sobre apontamento lançados no relatório da Unidade Técnica.

De acordo com o artigo 168, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, os prazos contam dia a dia a partir da juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação ou intimação forem efetivadas por via postal.



Apesar de a Manifestante não ter sido regularmente citada, nos termos do artigo 218, §4º do CPC, será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo, senão vejamos:

Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.

§ 1º Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

§ 2º Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

§ 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Deste modo, é tempestiva a defesa da manifestante, e deve ser analisada sua defesa para dar-lhe ampla defesa e direito ao contraditório.

## **II – SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO**

A Representação foi realizada pela Câmara Municipal de Inhaúma, advinda de relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, baseada em suposições de existência de irregularidades em processos licitatórios e gastos excessivos em contratações para eventos em 2017.

Apontaram supostas irregularidades nos seguintes processos licitatórios: Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade de Licitação 03/2017; Processo Licitatório 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à Ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes; Processo Licitatório 66/2017 – Inexigibilidade de Licitação 10/2017; Processo Licitatório 57/2017 – Pregão 29/2017 – Adesão à Ata 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro; Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017.

Em análise feita pelo Analista de Controle Externo da 2ª CFM e emitido através de relatório, foi apontado o seguinte:





1. **Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017:** falta de discriminação do valor da apresentação de cada artista/banda. Concluiu pela procedência dos fatos representados.
2. **Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017:** documento de reconhecimento na crítica especializada pela Banda Magia da Terra são de eventos muito antigos. Concluiu pela procedência dos fatos representados.
3. **Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017:** Não se vislumbrou irregularidades na contratação das bandas Pablo Alexandre & Banda e Banda Pura Mulekagem, ou qualquer prejuízo ao processo, visto que existe contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário João Lúcio Vinagre, bem como foram identificados documentos que evidenciam o reconhecimento desses na crítica especializada. Concluiu pela improcedência dos fatos representados.
4. **Processo Licitatório 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes:** Não foi encontrado estimativa ou cotação de preços do objeto a ser contratado e foi constatado apenas a publicação do extrato do contrato de adesão à ata de registro de preços do Município de Prudente de Moraes no Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Concluiu pela procedência dos fatos representados.
5. **Processo Licitatório 66/2017 – Inexigibilidade 10/2017:** Entenderam como irregular o fato de terem sido apresentadas apenas duas notas fiscais de prestação de serviços do artista Armando Lopes e Henrique e também do artista Marcelinho de Lima. Em relação ao artista Pablo Alexandre e ao artista Breno Moura, entendeu-se que não foi encontrado elemento que pudesse justificar a contratação dos artistas por valor superior ao estimado. Concluiu pela procedência dos fatos representados.
6. **Processo Licitatório 57/2017 – Pregão 29/2017 – Adesão à Ata de Registro de Preço 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro:** O Município de Inhaúma apresentaram apenas 2 orçamentos para estimativa de preço, não havendo outra forma de aferição do preço médio. Concluiu pela procedência dos fatos representados.



### **III - DOS FUNDAMENTOS**

#### **01. Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017 – Possível irregularidade na condução do processo**


Conforme narrado supra, foi apontado no relatório do Analista a falta de discriminação do valor da apresentação de cada artista/banda, uma vez que foram contratadas 8 (oito) bandas, no valor total de R\$175.840,00 dificultando a análise do preço médio, concluindo pela procedência dos fatos representados.

Veja que no processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017, foram contratadas ao total 8 (oito) bandas/artistas, por um valor total de R\$175.840,00, sendo que todas as referidas bandas/artistas foram contratados através do mesmo empresário, qual seja João Lúcio Vinagre da Silva – ME.

Deste modo, além de possuírem o contrato de exclusividade com o mesmo empresário, também se verifica que as bandas/artistas contratados são todas do mesmo padrão artístico, ou seja, realizam o mesmo tipo de apresentação musical, e possuem composição parecida, o que leva a concluir que não possuem diferenciação ou variação de valor para apresentação.

Além disso, houve a comprovação do efetivo pagamento das referidas bandas, apontando o valor efetivamente auferido pelos artistas, demonstrando que não há qualquer materialidade de irregularidade.

As notas fiscais/contratos anexados ao processo, de cada banda/artista contratado, também se mostram hábeis a demonstrar o preço pelo qual foram contratadas, novamente afastando qualquer irregularidade, quais sejam:

- Banda Magia da Terra – fls. 156 à 179;
  - Banda Samba Soraia Moreira – fls. 134 à 145;
  - Pablo Alexandre e Banda – fls. 189 à 197;
  - Banda Chama Chuva – fls. 65 à 67;
- 



- Banda Pura Molekagem – fls. 199 à 210
- Banda Vira e Mexe – fls. 126 à 130;
- Banda Casa Blanca – fls. 79 à 85;
- Banda American Brasil – fls. 96 à 106;

Portanto, não se vislumbrou qualquer dano ao patrimônio público, devendo pois, ser aplicada ao caso, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

## **02. Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017 – Possível irregularidade na contratação da banda Magia da Terra**

Que não consta o registro necessário do órgão competente da Banda Magia da Terra, bem como a documentação comprobatória do reconhecimento da banda na crítica especializada se refere a períodos remotos, quais sejam, recortes de jornais e fotos de 1980 e 1990.

Primeiramente, importante frisar que a banda Magia da Terra foi contratada para se apresentar na festa de Carnaval 2017, festividade típica do município de Inhaúma, que busca resgatar a cultura musical da região, trazendo aos dias de hoje, músicas e artistas que fazem parte da história local.

A banda Magia da Terra foi originada no município de Inhaúma e amplamente reconhecida pela opinião pública local, o que foi devidamente comprovado no processo licitatório 10/2017.

No que tange a comprovação da crítica e consagração de opinião pública, alega o Analista de Controle Externo que a prova produzida, neste sentido, é dos idos de 1990, portanto, sendo inservível para comprovação do requisito em comento.

Pela prova documental inserida aos autos fácil perceber que trata-se de uma banda musical com sede e atuação neste Município e região, constituída há mais 30 anos, constatando que para a localidade municipal é notoriamente conhecida a longos anos.

Ademais, o registro na Delegacia Regional do Trabalho não se trata de exigência legal, sendo, somente, uma posição doutrinária, ainda que seja da lavra do renomado Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.

**04. Processo 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes – Possíveis irregularidade na condução do procedimento**

Que não foi encontrada a cotação demonstrando a vantagem/interesse público em se realizar a adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes ao invés de se realizar licitação para locação das estruturas para o carnaval 2017. Além disso, não foi encontrado a estimativa de preço das estruturas. Por fim, não houve publicação do procedimento.

O dever de dar publicidade ao certame é ônus do órgão gerenciador, no caso o Município de Prudente de Moraes. Ao formalizar o processo de adesão este Município defendente equivocou-se ao não inserir em seu processo de adesão a cópia das publicações, as quais estão sendo carreadas em anexo, nesta oportunidade, a esta peça defensiva.

Quanto a alegação de que não consta nos autos os orçamentos necessários à verificação dos preços registrados na referida ata, manifesta este município no sentido de que os mesmos (orçamentos) foram realizados pela Secretaria Municipal de Educação, tanto é verdade que a titular da pasta faz referência dos orçamentos no pedido de contratação (requisição).

Deste modo, ficou demonstrado que a omissão da juntada aos autos em comento se deu, única e exclusivamente, por equívoco uma vez que em processos semelhantes (adesão) os orçamentos são carreados.

**05. Processo 66/2017 – Pregão 03/2017 – Inexigibilidade 10/2017 – Possíveis irregularidades na contratação do artista Armando Lopes e Henrique; Pablo Alexandre & Banda; Marcelinho de Lima e Banda Breno Moura.**





Foram apresentados somente dois comprovantes de contratações anteriores do artista Armando Lopes e Henrique e do artista Marcelinho de Lima, prejudicando a análise do preço médio. Quanto aos artistas Pablo Alexandre e Banda Breno Moura, o valor de contratação do artista ficou cima do valor médio apurado.

Impugna a manifestação do Respeitável Analista ao referir-se que o valor contratado está superior a média dos valores inseridos aos autos a título comparativo de shows realizados em outros municípios. Passeando pela Lei regente das Licitações Públicas nº 8.666/93, em especial no § único do art. 26, constata-se que a obrigatoriedade do administrador é instruir o processo de inexigibilidade, dentre outros, com a razão de escolha do executante e a justificativa de preço.


Não se vislumbra a exigência de apuração da média de serviços semelhantes, assim como é exigido para as demais contratações de serviços comuns.

Em que pese o respeito pelo Analista, inviável é a realização de média diante peculiaridade dos serviços contratados, por exemplo: uma banda que ao fazer a apresentação de um show apresenta uma equipe composta por cinco integrantes não pode cobrar o mesmo valor para uma apresentação artística com doze integrantes.

No mesmo sentido a duração de um show artístico de aproximadamente 3 horas não pode ter o mesmo valor de uma apresentação de 5 horas. A estruturação de um show artístico também influencia diretamente no valor a ser contratado.

Por isso, não se pode afirmar que pelo simples fato do valor contratado por este município está superior à média das demais contratações foi suficiente para lesar o erário.

Registra-se, oportunamente, que a pesquisa de preço realizada para fins de instruir o processo de inexigibilidade, notadamente para contratação de profissional do setor artístico, não pode ter como parâmetro a mesma metodologia para a obtenção de orçamentos quando se pretende contratar serviços de outra natureza, fato este que afasta à aplicação do art. 7º, §2º, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



**06. Processo 57/2017 – Pregão 29/2017 – Adesão à ata de registro de preço 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro.**

A falta da confecção de três orçamentos para que se apurasse o preço médio dos serviços de estruturas contratados. Verificou-se que o Município de Inhaúma apresentou apenas dois orçamentos para estimativa de preços.

Conforme informado pelo Analista, as normas de licitação não fixam um quantitativo de orçamentos para pesquisa de mercado. Ademais, o fato de ter somente dois orçamentos para fins de verificação do preço aderido por si só não induz afirmar que os valores constantes na Ata de Registro de Preços não é vantajoso para este município.

Portanto, não se vislumbrou qualquer dano ao patrimônio público, devendo pois, ser aplicada ao caso, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

**IV – REQUERIMENTOS**

Por tudo o que foi exposto, não há outra conclusão senão a de inadmitir a representação autuada em face das irregularidades apontadas no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instaurada para investigar falhas na gestão do Executivo Municipal com gastos excessivos nas contratações para eventos em 2017, que noticia ocorrência de possíveis irregularidade no Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade de Licitação 03/2017; Processo Licitatório 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes; Processo Licitatório 66/2017 – Inexigibilidade de Licitação 10/2017; Processo Licitatório 57/2017 – Pregão 29/2017- Adesão à Ata 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro.

Diante disso, requer a inadmissão da representação apresentada.

**Inhaúma/MG, 21 de dezembro de 2020.**

  
**ANDREZA MARIA LAGOEIRO TEIXEIRA**

CPF 592.419.186-91

